

## CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Neste capítulo visamos efectuar, em primeiro lugar, uma descrição clara e sucinta do conhecimento na área das atitudes dos alunos face à inclusão de alunos com deficiência e, em segundo lugar, definir os objectivos do nosso estudo. Posteriormente, formularemos e justificaremos as hipóteses do nosso estudo e apresentaremos a estrutura do trabalho.

No quotidiano, somos confrontados com diversas opiniões que nos encaminham a tomar as mais variadas posições face a diferentes temas/assuntos. Todas essas opiniões são suportadas por valores, sentimentos, crenças ou experiências, o que torna difícil determinar qual a posição correcta ou verdadeira face a esse tema/assunto, inviabilizando uma verdade absoluta. Quando se fala em atitudes, não podemos enunciar atitudes certas ou erradas perante qualquer assunto, mas sim atitudes mais positivas ou menos positivas.

A partir da percepção do meio social e dos outros, o indivíduo vai organizando as informações, relacionando-as com afectos (positivos ou negativos) e desenvolvendo uma predisposição para agir (favorável ou desfavorável) em relação às pessoas e aos objectos presentes na sociedade. A essas informações com forte carga afectiva, que predispõem o indivíduo para uma determinada acção (comportamento), dá-se o nome de atitudes. Para a Psicologia Social, ao contrário do senso comum, o indivíduo não toma atitudes (comportamento, acção), desenvolve atitudes (crenças, valores, opiniões) em relação aos objectos do meio social (Disponível em <http://www.geocities.com/ludivick/psisocial/link3.html>).

No contexto educativo, as atitudes assumem extrema importância, na medida em que influenciam a abordagem de todos os agentes educativos face aos diversos problemas existentes na escola. A inclusão de alunos com deficiência é um deles.

O direito de cada criança à educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990). Qualquer pessoa com deficiência tem o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação, desejos esses que deverão ser atendidos na medida das possibilidades. Os pais possuem também o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações das suas crianças (UNESCO, 1994). Por isso se fala de

inclusão. A inclusão é vista, por autores como Bricker, 1995; Rogers, 1993; Stainback & Stainback, 1996 (citado por Coppenolle, nd) como um imperativo moral, insistindo os autores numa inclusão não-categorial e ilimitada de crianças com todos os tipos de capacidades.

A inclusão é muito mais do que simplesmente colocar juntas crianças com e sem condição de deficiência (o que é chamado de “integração”). Inclusão também significa a redistribuição dos serviços, modificando atitudes e desenvolvendo o sentido de responsabilidade. Deve-se preparar uma criança com uma deficiência para participar numa classe regular, mas também se deve preparar a classe para acolher essa criança (Coppenolle, nd).

A inclusão, portanto, não é processo que diga respeito somente à pessoa com deficiência, mas sim a todos os cidadãos. Não haverá inclusão da pessoa com deficiência enquanto a sociedade não for inclusiva, ou seja, realmente democrática, onde todos possam igualmente manifestar-se nas diferentes instâncias do debate de ideias e de tomada de decisões da sociedade, tendo disponível o suporte que for necessário para viabilizar essa participação. Os problemas levantados com a inclusão, de alunos com deficiência, na escola são muitos, não só para os professores, mas também para os alunos. É neste contexto que faz todo o sentido analisar as atitudes dos alunos face à inclusão de alunos com deficiência nas suas turmas.

A necessidade de estudar as atitudes dos alunos ditos “normais” surge devido ao facto de hoje em dia haver cada vez mais alunos com deficiência nas escolas regulares. A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular aumentou consideravelmente com a regulamentação do Decreto de lei n.º319/91 e da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994).

Nas referências bibliográficas que consultámos, não encontramos estudos, realizados no nosso país, das atitudes dos alunos sem deficiência face à inclusão de alunos com deficiência. O que nos leva a concluir que, em Portugal, não existem estudos que se debrucem sobre esta temática, e daí a pertinência da realização deste estudo.

As investigações realizadas em outros países, como Bélgica (Van Biesen, Busciglio, Vanlandewijck, 2006), Grécia (Panagiotou, et al., 2008 e Panagiotou, Kudlacek, Evaggelinou, 2006) e Israel (Hutzler, 2008) por exemplo, pretendem contribuir para o sucesso da consolidação do processo de inclusão, pois a avaliação das

atitudes dos alunos face à inclusão de alunos com deficiência, permite-nos retirar informações, identificar problemas e mesmo agir perante as atitudes menos positivas dos alunos.

O nosso estudo pode servir de instrumento relevante para o desenvolvimento de futuras intervenções neste âmbito, possibilitando retirar ilações importantes acerca das atitudes dos alunos sem deficiência, do 9.º ano de escolaridade, face à inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física e tentar encontrar estratégias para o processo de inclusão nas escolas portuguesas.

Findo o enquadramento teórico e o levantamento do problema do nosso estudo, definimos como objectivo geral avaliar as atitudes dos alunos do 9.º ano de escolaridade face à inclusão de alunos com deficiência, antes e depois de implementada a semana da Educação Física Adaptada (EFA), onde se realizaram actividades de Desporto Paralímpico nas aulas de Educação Física (EF), com o intuito de dar a conhecer aos alunos algumas modalidades do desporto adaptado, bem como a oportunidade de as praticarem, para que verificassem que há modalidades para pessoas com deficiência e, também, que esta população pode realizar as modalidades ditas “tradicionalis”.

Pretenderemos, também, determinar a influência que, o “género”, a “presença de pessoas com deficiência na família/amigos/vizinhos”, a “presença de pessoas com deficiência na turma”, a “presença de pessoas com deficiência na aula de Educação Física” e o “nível de competitividade”, exercem nas atitudes globais da Educação Física, nas atitudes específicas face à integração de alunos com deficiência na Educação Física e nas suas atitudes, face à alteração de regras, e averiguar a possível alteração das atitudes antes (pré-teste) e depois (pós-teste) da realização da semana da EFA.

Definidos os objectivos do estudo, importa formular as hipóteses, que segundo Almeida & Freire (2003) se definem como sendo a explicação ou solução mais plausível de um problema.

A formulação das hipóteses é baseada na experiência empírica e no conhecimento adquirido acerca da temática em causa, sendo que a sua verificação será o suporte da discussão de resultados. As hipóteses devem ser testáveis, relevantes e justificáveis. Assim, as hipóteses a investigar no decurso do nosso estudo encontram a sua fundamentação em estudos já efectuados nesta área e realizados noutros países. Deste modo, foram formuladas as seguintes hipóteses:

H1: As atitudes globais EF dos alunos do género feminino são mais favoráveis face à inclusão de alunos com deficiência do que os seus colegas do género masculino.

H2: As atitudes específicas face à integração de alunos com deficiência na aula de Educação Física, são mais favoráveis no género feminino do que no género masculino.

H3: As atitudes dos alunos sem deficiência face à alteração de regras são mais favoráveis no género feminino do que no género masculino.

H4: A presença de pessoas com deficiência na família/amigos/vizinhos influencia de forma positiva as atitudes globais face à inclusão de alunos com deficiência na aula de Educação Física.

H5: As atitudes específicas face à integração de alunos com deficiência na aula de Educação Física são mais favoráveis nos alunos que têm contacto directo com pessoas com deficiência.

H6: Os alunos sem deficiência que não têm nem nunca tiveram qualquer contacto directo com uma pessoa com deficiência, apresentam atitudes mais negativas em relação à alteração de regras.

H7: As atitudes globais EF dos alunos com presença de pessoas com deficiência na turma são mais favoráveis face à inclusão de alunos com deficiência.

H8: As atitudes específicas face à integração de alunos com deficiência na aula de Educação Física são mais favoráveis nos alunos com presença de pessoas com deficiência na turma.

H9: As atitudes dos alunos sem deficiência face à alteração de regras são mais favoráveis nos alunos com presença de pessoas com deficiência na turma.

H10: A presença de pessoas com deficiência na aula de Educação Física influencia de forma favorável as atitudes globais EF dos alunos.

H11: Os alunos que já tiveram pessoas com deficiência na aula de Educação Física apresentam atitudes mais favoráveis em relação às atitudes específicas face à integração de alunos com deficiência na aula Educação Física, do que os alunos que nunca tiveram essa experiência.

H12: Os alunos que já tiveram pessoas com deficiência na aula de Educação Física apresentam atitudes mais favoráveis em relação à alteração de regras do que os alunos que nunca tiveram essa experiência.

H13: As atitudes globais EF, dos alunos não competitivos, face à inclusão de alunos com deficiência, são favoráveis.

H14: As atitudes específicas face à integração de alunos com deficiência na Educação Física, são mais positivas nos alunos não competitivos do que nos alunos muito competitivos.

H15: As atitudes dos alunos sem deficiência face à alteração de regras são mais negativas nos alunos muito competitivos do que nos alunos não competitivos.

H16: As atitudes dos alunos sem deficiência face à inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física são mais elevadas no pós-teste, em todas as variáveis dependentes (atitudes globais EF, atitudes específicas EF e atitudes regras).

Finalizada a exposição do objectivo geral e dos objectivos específicos do nosso estudo, bem como a formulação das hipóteses, passaremos, de seguida, a apresentar a estrutura do trabalho.

No capítulo I – Introdução – é realizada uma breve contextualização, é apresentado o problema e pertinência do estudo, bem como os objectivos e as hipóteses consideradas na investigação.

O capítulo II – Revisão da Literatura – contempla o enquadramento teórico, analisando, de forma exhaustiva, a literatura disponível sobre a nossa temática. Este capítulo divide-se em cinco grandes pontos. No primeiro e segundo pontos são abordadas perspectivas dos conceitos de Necessidades Educativas Especiais e

Deficiência, respectivamente. No terceiro ponto, a Inclusão, verifica-se o porquê da inclusão, define-se escola inclusiva, faz-se a distinção entre integração e inclusão, abordam-se temas como a “Inclusão de alunos com NEE nas Escolas” e “Escola inclusiva em Portugal”, expõem-se as barreiras para a concretização das propostas de inclusão na área da Educação Física, bem como as possibilidades para a inclusão nesta área. No quarto ponto definem-se os conceitos de atitudes e comportamentos e apresenta-se uma breve descrição dos modelos teóricos da predição do comportamento. No quinto ponto é analisada e exposta a investigação existente sobre as atitudes face à inclusão de alunos com deficiência na Educação Física.

O capítulo III – Metodologia – representa o enquadramento metodológico do estudo, onde se relatam os procedimentos de selecção da amostra e a sua caracterização. Descreve-se, também, o instrumento de avaliação, bem como os procedimentos na sua aplicação. Definem-se e caracterizam-se as variáveis e, por último, procede-se à análise e tratamento dos dados.

No capítulo IV – Apresentação dos resultados – faz-se uma apresentação concisa, através da análise descritiva, inferencial e correlacional das variáveis do estudo, dos resultados obtidos.

No capítulo V – Discussão dos resultados – serão confrontados os resultados obtidos no nosso estudo, com outros previamente referenciados na revisão da literatura, com o intuito de retirar ilações / implicações destes resultados.

O capítulo VI – Conclusões – resume as principais conclusões obtidas, sugere algumas recomendações para estudos futuros nesta área e enumera algumas limitações na concretização do nosso estudo.

Por último, o capítulo VII – Referências bibliográficas – apresenta toda a bibliografia consultada para a elaboração da presente dissertação.